



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 326 - Agosto / 2006

IMPRESSO ESPECIAL

CONT. Nº 050200119-4/2002

ECT/DR/RJ

AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

SUICÍDIO BRASILEIRO

Se o Brasil voltar a crescer 6% ao ano, reservas brasileiras só duram 10 anos

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) mudou a data do 8º leilão das bacias sedimentares de agosto para o dia 28 de novembro, o que não altera a preocupação da sociedade brasileira sobre o suicídio cometido pelo Governo Federal para a questão energética do País. Se o Brasil voltar a crescer futuramente a 6% ao ano, a média de vários países sul-americanos, as reservas brasileiras durarão apenas 10 anos para suprir o desenvolvimento nacional. Se não houver mudança na Lei 9478/97, que permite a exportação do petróleo, a duração das nossas reservas se reduz para cinco anos. O Brasil não pode voltar a ser importador de petróleo, como aconteceu na década de 70, principalmente num momento em que analistas independentes estimam o valor do barril em US\$ 100 por volta de 2008 a 2010. “É um suicídio anunciado que a sociedade brasileira está passando ao largo porque não tem informação sobre esse perigo. O Governo Federal, sem visão estratégica, vem deixando que o caos se estabeleça mais tarde. É um crime de lesa-pátria”, disse o presidente da AEPET, Heitor Pereira.

A entidade vem promovendo reuniões para desencadear uma campanha para



Arte: Alessandra Bandeira

alertar a sociedade brasileira. A Campanha está sendo promovida em escolas e universidades, além de propaganda, como cartazes e folhetos, que serão distribuídos à população. Este mês já está sendo veiculado pela TV Comunitária um programa de televisão contra a continuidade da entrega do petróleo brasileiro às multinacionais estrangeiras. O material já foi divulgado no 9º Concut para ser enviado a diversos sindicatos brasileiros. Para angariar fundos para a campanha, o Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ)

está pedindo à categoria que viabilizem o desconto assistencial de 0,5% aprovado por ampla maioria em assembleia realizada pela entidade. O desconto está previsto no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), mas é permitido ao petroleiro o direito de recusa. Os diretores do Sindipetro-RJ lembram que só a conscientização dos trabalhadores pode enfrentar a entrega criminosa do petróleo e gás natural a empresas multinacionais, sem benefício para a sociedade brasileira.

No dia 12 de julho, o ministro de Minas e Energia,

Silas Rondeau, disse que investidores norte-americanos manifestaram interesse em participar da 8ª rodada de licitações de blocos de exploração de petróleo.

Em entrevista após a palestra na Câmara de Comércio Americana (Amcham-Rio), o diretor-executivo do Banco Mundial (Bird), Otaviano Canuto, disse que o grande risco para a economia mundial atualmente é ocorrer um choque de oferta de petróleo. Ou seja, o perigo da entrega do nosso petróleo está recrudescendo.

Não também à exportação

PLANO PETROS



Arte: Alessandra Bandeira

PENSE ANTES DE REPACTUAR

Leia nossa análise

Páginas 02 e 03

Auto-suficiência é um falso dilema

Editorial pág 02



Os gerentes da Petrobrás vêm discutindo o falso dilema de considerar ou não, para efeito de compilar a produção nacional de petróleo (no cálculo da auto suficiência) a produção das empresas estrangeiras. Para nós é muito claro que não se pode considerar tal produção. Pela Lei 9478/97, no seu absurdo artigo 26, é estabelecido que quem produzir o petróleo se torna proprietário dele. O artigo 60 da mesma lei permite exportá-lo. Portanto, a produção das empresas estrangeiras não traz nenhum benefício para o povo brasileiro, a não ser uma parcela minguada de imposto. Os leilões de áreas potenciais produtoras levam à exportação de petróleo por parte das empresas o que, somado às exportações da Petrobrás contribuem para reduzir a duração das nossas reservas, o que, também, encurta a existência da própria Petrobrás que deveria ser transformada em empresa de energia para desenvolver, em parceria com o BNDES, a Eletrobrás e a Embrapa, o potencial energético brasileiro da biomassa, e das energias eólica e solar. Todavia, o governo federal está entregando a grupos internacionais do cartel da soja (Bunge y Born, ADM e Cargill) o controle do biodiesel. O principal produto da soja é o farelo. Sendo o óleo o subproduto, elas poderão liquidar os pequenos produtores nacionais de biodiesel, reduzindo os empregos no campo e travando o crescimento do mercado interno.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
 Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
 Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: Heitor Manoel Pereira
Vice: Diomedes Cesário da Silva

Diretoria

Comunicações: Fernando L. Siqueira / **Vice:** Felipe C.C.Coutinho
Administrativo: Ruy da S. Gesteira / **Vice:** Roldão M. Fernandes
Pessoal: Pedro da Cunha Carvalho / **Vice:** Henrique Sotoma
Cultural: Silvio Sinedino / **Vice:** Ricardo Latgé M de Azevedo
Jurídico: Sydney Reis Santos / **Vice:** Roberto Cartaxo M. Rios

Conselho Fiscal

Efetivos: Hamílcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates
Suplentes: Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C.Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macaé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Rosivaldo R. Santos

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / **Espirito Santo:** Paulo W. Magalhães - **S. José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelmo José Leão Brasil / **Brasília:** Velocino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Vilhena (MTb nº 15.562)
Reportagem: José C. Moutinho
Fotografia: Alessandra Bandeira
Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com
Arte: Alessandra Bandeira
Diagramação: Alessandra Bandeira
Impressão: Jornal do Commercio
Tiragem: 25 mil exemplares
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br
 Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

José Carlos Moutinho

Estamos na reta final para alcançarmos a vitória sobre as “novas” armadilhas contra o nosso Plano Petros BD. O prazo decisivo é o dia 31 de agosto. A união é o nosso trunfo para superar as armadilhas contidas nas propostas da Petrobrás. O traiçoeiro Termo de Repactuação está repleto de brechas que, no futuro, irão prejudicar você e toda sua família. Assim sendo, a companhia quer forçá-lo a incorrer em erro para, mais tarde, os participantes não terem mais mecanismos legais para reivindicar direitos adquiridos. Caso assine o tal Termo será como avalizasse um cheque em branco.

Você já viu esse filme na época do Governo FHC. Os motivos apresentados pela companhia para a repactuação dos artigos 41, 42, 48, entre outros, bem como a implantação do Plano Petros 2 são alheios à nossa realidade. Na verdade, são nuvens de fumaça sobre as quais estão escondidas as reais pretensões da companhia: fugir aos seus compromissos assumidos, como, por exemplo, pagar os débitos que ela tem com a Petros e retirar direitos para atender às pressões dos acionistas da companhia em *Wall Street*, que ditam regras para os rumos da empresa.

Nada disso era para estar acontecendo, pois o mais correto seria a companhia saldar seus compromissos com a Petros e deixar ingressar no plano os 13 mil novos funcionários que não estão podendo usufruir do Plano Petros BD, em desrespeito ao art. 16 da Lei Complementar 109/2001.

A decisão pela repactuação é estritamente individual. E você pode barrar mais essa agressão contra os participantes. Portanto, a AEPET sugere a você dizer “não” às indecentes propostas das direções da Petrobrás e da Petros. Você trabalhou anos a fio em prol da construção de uma das maiores empresas petrolíferas do mundo e não é justo consigo mesmo, com as pensionistas, e com as gera-

ções futuras, você se deixar levar pelo indecente “valor monetário” de R\$ 10.875,00 (15.000,00 – Imposto de Renda). O gerente de Recursos Humanos da Petrobrás, Diego Hernandez, no debate promovido pelo Sindipetro-RJ, no último dia 04 de julho, na Escola de Música da UFRJ, confessou que o “valor monetário” oferecido “dá para comprar um carro. (...) É o reconhecimento da companhia de que houve perdas salariais”. Então, eles confessam que achataram os salários dos aposentados, colocando a corda no pescoço de todos, deixaram o Petros BD em déficit artificial, e agora negociam a retirada de direitos dos participantes mediante a assinatura do evasivo Termo de Adesão. Não aceitem esse golpe, nem as pressões das referidas direções, pois o Plano Petros BD está sólido, e a Petrobrás deve saldar os compromissos assumidos com o plano.

O melhor é Petros BD para todos

O conselheiro eleito da Petros, Fernando Siqueira, tem ressaltado que os funcionários da Petrobrás não vão achar no mercado melhor plano que o Plano Petros, que tem R\$ 30 bilhões de patrimônio, está sólido e é o melhor plano que existe. Para ele, a entrada dos novos funcionários no plano BD seria melhor para a Petros e para a Petrobrás, pois estaria preservando sua mão-de-obra especializada. “A Petros, em 36 anos, nunca atrasou um só pagamento de benefício”, lembrou.

Siqueira mostrou, ainda no debate da Escola de Música com o gerente de RH da Petrobrás um gráfico da Diretoria Financeira da Petros que mostra a seguinte situação: (1) se o déficit fosse de R\$ 5 bilhões, o Plano Petros teria um déficit de R\$ 2 bilhões em 2027; (2) se o déficit fosse de R\$ 3,5 bilhões (janeiro 2006), o Plano Petros iria ter déficit só em 2047; se o déficit for zero, o Plano Petros BD tem saúde financeira até 2085, sem problemas. Como a Justiça, através da perí-

cia, já relatou uma dívida da Petrobrás com a Petros de R\$ 9,3 bilhões e o déficit ainda que fosse real, caiu para R\$ 3,5 bilhões, o que há hoje concretamente é um superávit superior a R\$ 5 bilhões. Logo o Plano Petros está sólido até 2100, pelo menos



Mudanças só podem ser para beneficiar, não para retirar direitos

Mudanças a serem implementadas no atual plano seriam aceitas se fossem para aprimorá-lo (eliminar o limite de idade, hoje sem amparo legal e o limite dos Pós-82) e para ampliar benefícios, não para retirar como estão pretendendo.

Os participantes terão até o dia 31 de agosto para decidir pela “repactuação” ou não dos artigos 41 e 42 e outros não definidos (ver cláusula décima do “Kit da Morte”) do Regulamento do Plano Petros.

Infelizmente a direção da Petrobrás não é mais confiável. Ela está mais preocupada em atender aos acionistas de *Wall Street*, em detrimento dos petroleiros e dos 13 mil novos que deveriam estar no sólido Petros BD. Por isso ela está preparando o terreno para reduzir seus compromissos com os participantes, pelo simples fato de gerar mais lucros e menos riscos aos acionistas norte-ame-



À REPACTUAÇÃO

ricanos. Então, para os acionistas de *Wall Street* lucros, para os participantes ônus.

Assim, ela tem promovido uma campanha agressiva, com propaganda enganosa e assédio moral, tirando a tranquilidade dos seus aposentados, que

tre os petroleiros da ativa e os aposentados. E ficam sujeito à correção pelo IPCA, que é o pior dos índices, conforme informou até a Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Luiz Fernando ressaltou também que a proposta de repactuação contraria, inclusive, o artigo 56 do Estatuto da Petros, que estabelece que as alterações dos planos de benefício “não poderão, sob qualquer pretexto, contrariar os objetivos da Petros, reduzir os benefícios já concedidos ou prejudicar direitos adquiridos pelos participantes, assistidos e respectivos beneficiários”.

Quanto ao artigo 48, inciso IX, do Estatuto da Petros, ele também é importante na defesa dos direitos dos aposentados, pois estabelece que, caso ocorra algum déficit na Petros, as patrocinadoras assumirão a responsabilidade dos possíveis déficits. Se o artigo 41 cair, o 48 cai junto.

Armadilhas do Termo de Adesão

O diretor de Pessoal da AEPET, Pedro Carvalho, tem ressaltado em palestras na AEPET que no Termo de Adesão está repleto de armadilhas. Você pode conferir a análise do diretor na seção “Estudos Técnicos” no portal da AEPET (www.aepet.org.br). Um exemplo: “Tenho ciência e concordo que as alterações referidas no item (1) ocorrerão especificamente nos artigos 41 e 42, bem como, eventualmente, em outros artigos do referido Regulamento relacionados diretamente com a proposta da Companhia, conforme previsto no Acordo de Obrigações Recíprocas, assinado, (...)” (Grifo nosso)

“Não há nenhuma especificação dessas alterações no item 1, conforme ressaltamos, e pior, pedem a concordância do participante com outras alterações em outros artigos conforme o Acordo assinado entre a Petro-

brás e a FUP. Não há indicação de quais são essas mudanças, nem quais os artigos. Pior, não dão a conhecer qual o texto do tal Acordo de Obrigações Recíprocas!”, alertou Pedro Carvalho.

Contem com o CDPP

A AEPET e as entidades que integram o Comitê em Defesa da Petros (CDPP) estão determinadas a assegurar, até judicialmente, a defesa dos direitos adquiridos dos participantes. O CDPP está seguro, a exemplo da vitoriosa campanha contra o PPV, que o melhor para a categoria é a manutenção do Plano Petros BD, que, nos seus 36 anos de existência, nunca atrasou um benefício sequer.

O Petros BD é a melhor estratégia de uma política de Recursos Humanos, conseqüentemente, permitindo que a Petrobrás retenha seus técnicos em prol do desenvolvimento da empresa e do Brasil.

Incoerência

A FUP no seu boletim “Primeira Mão”, de 26 a 31/07/06, informou que os termos da repactuação negociados por ela é para “corrigir distorções dos artigos 41 e 42”, e cita como vantagem que o IPCA é um bom índice. “Entre 1995 e 2005, os assistidos tiveram seus benefícios reajustados em 146,86%, enquanto o IPCA no mesmo período acumulou 161,78%”, mas cai em contradição quando mostra que no mesmo período o INPC cresceu 202%. No entanto a FUP dos bons tempos, também através do “Primeira Mão” n.º 564, afirmava: “(...) o IPCA era um índice do governo, tão ruim quanto o INPC, e facilmente manipulável. Tanto que vários fundos oferecem o IGP-M e IGP-DI por serem índices mais confiáveis (...)”. Pois é esse índice que eles querem manter para os petroleiros na repactuação e no Plano Petros 2.

Não em nosso nome

Nas assembleias dos Sindicatos em diversos estados, a categoria tem rejeitado (de goleada) a repactuação, o Plano Petros 2 e a representação da FUP nos chamados “acordos de obrigações recíprocas” com a Petrobrás.

Aposentados e Pensionista de SE/AL deram um sonoro NÃO à repactuação e ao Plano Petros 2. No dia 11/07, o Sindipetro em Maceió, e por unanimidade, decidiram não Repactuar.

No dia 13 a Aspene-SE, com Palestra do Conselheiro da Petros Fernando Siqueira sobre Petros, 400 aposentados e pensionistas rejeitaram por 396 a 04 a Repactuação. “Estamos velhos mas conscientes, ainda não caducamos”, ressaltou Alealdo Hilario dos Santos, da Aspene-SE.

O Sindipetro-RJ, no dia 18/07, também disse um sonoro NÃO à repactuação por 175 a 0, ou seja, no Rio de Janeiro não houve sequer um voto a favor da repactuação. No debate da Escola de Música, entre o conselheiro da Petros, Fernando Siqueira, e o gerente de RH da Petrobrás, Diego Hernandez, num plenário de mais de 500 pessoas, não houve sequer uma pessoa que manifestasse apoio à repactuação.

Os petroleiros da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), em assembleia, aprovaram 400 a 07 as seguintes propostas: não à repactuação; desautorizar a FUP a negociar em nome dos petroleiros; Plano Petros BD para todos; e o indicativo ao CDPP de construção de um ato nacional que foi realizado no dia 03, inclusive com a queima dos “Kits da Morte” (Kit FUP-Petrobrás) que estão chegando nas casas dos petroleiros.

No Sindipetro - Litoral Paulista, outra goleada, a assembleia decidiu por 219 a 05 não aderir ao “acordos de obrigações recíprocas”.

PARTICIPE!



Dia 17/08 (quinta-feira):
“UMA MACROECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO”, com o Economista João Sicsú

Dia 23/08 (quarta-feira):
“BRASIL NO CONTEXTO MUNDIAL”, com o professor José Luiz Fiori

Dia 31/08 (quinta-feira):

“BALANÇO E CONCLUSÕES”, com o Economista João Paulo de Almeida Magalhães, com os Engenheiros Raymundo de Oliveira e Heitor Manoel Pereira, e o Jornalista Maurício Azêdo

ASSISTA AS PALESTRAS:



As palestras “Pensando o Brasil” são transmitidas em 59 TV’s Comunitárias em todo o Brasil. Para saber o dia e hora da exibição em sua cidade acesse: www.aepet.org.br

Os petroleiros dizem não à repactuação pretendida pela direção da Petrobrás



OUÇA DE 2ª A 6ª FEIRA!



ACESSE:



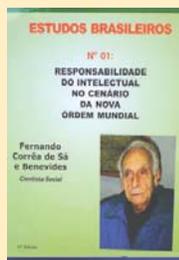
AEPET reformulou o seu portal. Além de mais dinâmico na página e diagramação para melhor aproveitamento de fotos, os leitores podem participar das enquetes. É só entrar em nossa página. (www.aepet.org.br)

LEIA:



Por Francisco Soriano R\$ 25,00

Por Fernando Benevides R\$ 10,00



4 AEPET Notícias



Heloi Moreira

ELEIÇÃO NO CLUBE DE ENGENHARIA



Paulo Metri

SITUAÇÃO X OPOSIÇÃO

Entre os dias 23 e 25 de agosto, o Clube de Engenharia realizará a eleição para a nova diretoria da entidade para o triênio 2006 a 2009. A posse ocorrerá em setembro. O presidente da AEPET, Heitor Pereira, lembra que o pleito é muito importante para os engenheiros e Engenheiras, uma vez que o setor é essencial para a retomada do desenvolvimento brasileiro. "Ninguém deve deixar de participar", recomendou. A AEPET ouviu os dois candidatos, Heloi Moreira (situação) e Paulo Metri (oposição) para saber de suas intenções à frente do Clube de Engenharia.

Quais as suas metas no Clube de Engenharia ?

Heloi

A íntegra do nosso programa pode ser encontrada no sítio www.chapaclubedeengenharia.com.br. Pode-se observar que existem ali aspectos de ordem geral e específica, políticas e técnicas que nos empenharemos em tornar realidade. Para exemplificar, citaria quatro deles: Uso do poder de compra do Estado para aumentar as encomendas à engenharia nacional; Mais verbas para o desenvolvimento técnico científico; Ampliação do quadro social do Clube, particularmente entre os universitários, e engenheiros recém formados; Luta pela redução da taxa de juros. Chamaria atenção também para o item 1.2, no qual explicitamos a defesa intransigente da Petrobrás e sua reinserção no setor petroquímico.

Metri

Nossas idéias estão no sítio: www.engenhariaunida.com.br. É necessário, hoje, resgatar a legislação protetora e financiadora da engenharia nacional, pois, com sua perda, não diminuíram só as atividades de engenharia e construção do país, mas também a produção local de muitos bens, uma vez que quem projeta define onde o bem será comprado. Ao contrário do que é muito divulgado, a reserva de mercado para a engenharia nacional traz para o País mais benefícios que prejuízos, além de que há mecanismos de inibição de preços abusivos devido à reserva. Com esta medida, os projetos de engenharia que, atualmente, são contratados pelas empresas e pelo Estado, voltariam a ser feitos aqui, com empresas nacionais.

A engenharia enfrenta uma crise. A entidade pode influir para mudar esta realidade?

Heloi - Sem sombra de dúvidas. Inicialmente eu preferiria colocar que a engenharia brasileira e, em especial, a do Rio de Janeiro está saindo de uma crise. As perspectivas de desenvolvimento e ampliação de grandes empresas, notadamente a própria Petrobrás, o Sistema Eletrobrás, em especial a Eletronuclear aqui no Estado, e a indústria naval, são alguns fortes exemplos de mudanças dessa realidade. O Clube foi um dos vetores que contribuiu na retomada desse desenvolvimento com debates, conferências, publicações e pressão política. Isso está expresso nas edições do Jornal do Clube de Engenharia e do nosso sítio na Internet nos últimos anos, culminando com a II Semana da Engenharia, como se pode constatar no Nº 13 da Revista do Clube.

Metri - Durante o Império e a República Velha, na ausência de um Ministério da Infra-estrutura, o Clube assessorou os governos nas decisões sobre projetos de geração de energia, portos, rodovias, ferrovias e outros. Antes do aparecimento das Federações das Indústrias, ele incluía na sua pauta de reivindicações com o governo os interesses da classe empresarial. Pela seriedade, competência e capacidade política dos que dele participaram, formou-se um Clube altivo e prestigiado. Este fato é que desejamos repetir. A razão de sua existência continua sendo a de desenvolver ações políticas que acarretem a contratação de projetos de engenharia, construções, montagens, atividades industriais e desenvolvimentos tecnológicos.

O Clube de Engenharia tem poder político para resolver os desafios hoje enfrentados pelos engenheiros (as)?

Heloi - Nesse sentido, com certeza, o Clube tem poder político. Mas temos consciência de nossas limitações e da necessidade de somar ao nosso esforço o das outras associações de engenheiros, arquitetos e agrônomos assim como os da indústria nacional e dos governantes e parlamentares que entendem a importância de desenvolver a engenharia nacional. Esse poder político vem também de suas contribuições ao desenvolvimento nacional, desde longa data, como sendo uma casa que se dispõe a "discutir as questões técnicas para que as decisões políticas sejam as mais acertadas para o bem do Brasil", conceito emitido no dia da sua criação, em 1880, pelo seu fundador Conrado Niemeyer.

Metri - É claro que o Clube não fará este movimento sozinho. Será requerida muita ação política de convencimento de entidades congêneres, dentre as quais, podem ser citadas as demais associações de engenheiros, conselhos regionais e federal, sindicatos e federações nacionais. Estamos propondo uma mudança para outro modelo, com o retorno da proteção citada para a engenharia nacional, que trará mais contratações e financiamentos no país. Você sabia que foi o Collor quem destruiu o arcabouço institucional e jurídico que vinha funcionando tão bem, impulsionando a engenharia no país, desde a década de 1960? No período neoliberal, houve concorrência desleal.